

AG CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS S.A.

Demonstrações Financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro

2020

CONTEÚDO

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras;

Balanço patrimonial;

Demonstração do resultado;

Demonstração do resultado abrangente;

Demonstração das mutações do patrimônio líquido;

Demonstração dos fluxos de caixa;

Notas explicativas às demonstrações financeiras.

SUMÁRIO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE.....	4
BALANÇO PATRIMONIAL.....	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	9
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	12
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	12
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	15
4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.....	16
5. ESTOQUES.....	17
6. INVESTIMENTOS EM CONTROLADA.....	17
7. IMOBILIZADO	18
8. DIREITOS DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS.....	20
9. FORNECEDORES E SUBEMPREENHEIROS E OPERAÇÕES ANTECIPADAS.....	21
10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	21
11. PARTES RELACIONADAS.....	23
12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER.....	24
13. PROVISÕES PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES	25
14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	26
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29
16. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS E VENDAS	29
17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA.....	31
18. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	31
19. GESTÃO DE RISCOS E ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	32
20. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS.....	34
21. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA.....	35
22. OUTROS ASSUNTOS.....	35
23. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	36

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
AG Construções e Serviços S.A.
Belo Horizonte - MG

Moore Auditores e Consultores

Rua Pernambuco, 554
11º Andar
CEP 30130-156
Belo Horizonte MG

Tel.: 55 (31) 3284 8955
www.moorebrasil.com.br

Base para opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da AG Construções e Serviços S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da AG Construções e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, os negócios da Companhia estão inseridos no plano estratégico de seu acionista controlador e garantidor das operações, que fornece todo o suporte necessário para a execução de suas atividades. Adicionalmente, conforme apresentado na nota explicativa nº 11, a Companhia mantém operações financeiras relevantes com partes relacionadas, onde parte substancial das operações são representadas por mútuos e notas de débito. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está, adicionalmente, ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019**

O nosso relatório de auditoria, relativo às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, datado de 06 de março de 2020, continha ressalva relativo a saldo de contas a receber via judicial, no valor de R\$508.187 mil, referente a precatórios emitidos pela Secretaria de Transportes do Estado do Amazonas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte - MG, 31 de março de 2021.

**MOORE CONSULTING NEWS
AUDITORES INDEPENDENTES
CRC – MG6.494/O-4**



Adelmo de Oliveira
Contador CRC – MG 46.235/O-0



Alexandre C Freitas
Contador CRC – MG 60.762/O-4

AG CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Valores expressos em milhares de reais - R\$

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.808	18.628	5.858	18.676	Empréstimos e Financiamentos	10	1.411	2.304	1.411	2.304
Contas a receber	4	401.848	295.453	418.983	308.787	Financiamentos com arrendamentos	8	793	2.957	793	2.957
Estoques	5	7.644	8.251	8.039	8.646	Fornecedores	9	54.676	38.694	55.138	38.696
Despesas Antecipadas		351	1.035	351	1.035	Salários e encargos sociais		18.461	18.541	18.462	18.541
Impostos e contribuições a recuperar		6.539	765	6.539	765	Impostos e contribuições a recolher	12	8.996	6.925	9.431	10.128
Créditos com partes relacionadas	11	31.971	118.617	31.971	118.617	Adiantamento de clientes		108.658	168.563	112.738	172.644
Adiantamentos diversos		3.338	5.385	3.338	5.385	Débitos com partes relacionadas	11	90.267	81.675	90.267	81.821
Outros		-	-	-	-	Distribuição dividendos mínimos obrigatórios		83.386	28.435	83.386	28.435
Total do ativo circulante		457.499	448.134	475.079	461.911	Outros passivos circulantes		365	1.162	365	1.162
						Total do passivo circulante		367.013	349.256	371.991	356.688
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:						Impostos e contribuições a recolher	12	1.730	5.065	1.730	5.065
Contas a receber	4	59.913	508.718	59.913	508.718	Impostos e contribuições diferidos a recolher	14	2.670	50.268	2.670	50.268
Impostos, contribuições e diferidos a recuperar LP	14	-	-	8.396	8.633	Adiantamentos de clientes		-	-	-	-
Créditos com partes relacionadas	11	2.273	2.273	25.633	15.057	Débitos com partes relacionadas	11	-	268.461	10.835	-
Outros		461	760	459	760	Provisão para perda em investimentos		-	-	-	189
Total do realizável a longo prazo		62.647	511.751	94.401	533.168	Outros passivos não circulantes		2.585	2.305	2.585	2.305
Investimento	6	34.125	296.184	604	150	Total do passivo não circulante		6.985	326.099	17.820	57.827
Imobilizado	7	11.249	14.672	11.249	14.672	Total dos passivos		373.998	675.355	389.811	414.515
Intangível		1	2	1	2	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15				
Direitos de uso de arrendamentos	8	804	2.940	804	2.940	Capital social		4.300	507.036	4.300	507.036
Total do ativo não circulante		108.826	825.549	107.059	550.932	Reservas de Lucro		860	5.986	860	5.986
						Resultados acumulados		187.167	85.306	187.167	85.306
TOTAL DO ATIVO		566.325	1.273.683	582.138	1.012.843	Total do patrimonio liquido		192.327	598.328	192.327	598.328
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		566.325	1.273.683	582.138	1.012.843

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AG CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	16	197.061	359.064	197.061	359.064
Custos dos produtos e serviços vendidos	17	(221.306)	(293.653)	(221.306)	(293.834)
RESULTADO BRUTO		(24.245)	65.411	(24.245)	65.230
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	17	(911)	(2.276)	(1.265)	(486)
Resultado de equivalência patrimonial	6	5.946	23.836	-	(189)
Provisão para perdas, riscos e multas fiscais		192	237	192	237
Outras (despesas) receitas operacionais		699	38.952	3.665	38.952
		5.926	60.749	2.592	38.514
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(18.319)	126.160	(21.653)	103.744
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	18	239.663	8.283	243.382	8.831
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		221.344	134.443	221.729	112.575
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente		-	(10.566)	(385)	(10.934)
Diferido		(680)	(4.150)	(680)	18.086
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		220.664	119.727	220.664	119.727
Resultado básico e diluído por ação ordinária - R\$		0,05	0,03	0,05	0,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AG CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado líquido do exercício	220.664	119.727	220.664	119.727
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	220.664	119.727	220.664	119.727

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AG CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OSEXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Capital social	Reserva legal	Resultados acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.418.912	-	(950.919)	467.993
Aumento de capital	38.719	-	-	38.719
Redução de capital	(950.595)	-	950.920	324
Reserva de Lucro	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	119.727	119.727
Constituição de reserva legal	-	5.986	(5.986)	-
Distribuição dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(28.435)	(28.435)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	507.036	5.986	85.306	598.328
Aumento de capital	68.986	(5.986)	(62.992)	8
Cisão Parcial	(571.722)	-	-	(571.722)
Reserva de Lucro	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	220.664	220.664
Constituição de reserva legal	-	860	(860)	-
Distribuição dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(54.951)	(54.951)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.300	860	187.167	192.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AG CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado líquido do exercício		220.664	119.727	220.664	119.727
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:					
Variações monetárias e cambiais líquidas		(53.279)	9.897	(57.078)	9.385
Reversão de perdas/ganhos por imparidade		-	(6.510)	-	(6.510)
Baixa de ativo imobilizado		895	970	895	970
Transferência Custos Partes Relacionadas	13	-	(4.374)	-	(4.374)
Equivalência patrimonial	6	(5.946)	(23.836)	(189)	189
Depreciações e amortizações	7	5.920	6.431	5.920	6.431
Ajuste a Valor Justo de ativos		(171.195)	-	(171.195)	-
Juros Financiamento de Arrendamento e Outros Passivos		278	(1.057)	278	(1.057)
Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes	21	681	(14.716)	681	(36.952)
		(1.982)	86.532	(24)	87.809
Redução (aumento) nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes - circulante e não circulante		(53.116)	(65.043)	(53.116)	(65.039)
Adiantamentos diversos		2.047	(2.960)	2.047	(2.960)
Estoques		607	(229)	607	(88)
Despesas antecipadas - circulante e não circulante		684	599	684	599
Impostos a recuperar e diferidos		(5.774)	(23)	(5.537)	(72)
Outros ativos - circulante e não circulante		300	(431)	310	(431)
		(55.252)	(68.087)	(55.005)	(67.991)
(Redução) aumento nos passivos operacionais:					
Fornecedores e subempreiteiros		15.982	(29.983)	16.435	(32.237)
Adiantamentos de clientes - circulante e não circulante		(59.905)	7.877	(59.905)	7.877
Salários, provisões e obrigações sociais		(80)	13.219	(80)	13.219
Partes Relacionadas		95.237	(43.949)	95.470	(43.949)
Impostos a recolher e diferidos		277	28.497	(2.490)	27.395
Financiamentos de Arrendamento		(1.813)	3.073	(1.813)	3.073
Outros passivos - circulante e não circulante		(508)	353	(508)	353
		49.190	(20.913)	47.109	(24.269)
Imposto de renda e contribuição social pagos durante o exercício		(1.542)	(10.913)	(1.542)	(10.913)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(9.586)	(13.381)	(9.462)	(15.364)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aquisição de investimentos / aumento de capital		(456)	(2.707)	(456)	(2.707)
Partes Relacionadas		-	13.115	(122)	12.096
Aquisição do ativo imobilizado e Intangível		(1.643)	(10.406)	(1.643)	(10.406)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(2.099)	(4.851)	(2.221)	(5.870)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Aumento de Capital		-	-	-	2.707
Aquisição de Empréstimos		3.523	3.500	3.523	3.500
Pagamentos de empréstimos		(4.658)	(1.196)	(4.658)	(1.196)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		(1.135)	2.304	(1.135)	5.011
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(12.820)	(15.928)	(12.818)	(16.223)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		18.628	34.557	18.676	34.899
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO		5.808	18.628	5.858	18.676

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A AG Construções e Serviços S.A. (“Companhia” ou “AGCS”) é uma Companhia anônima de capital fechado sediada em Belo Horizonte/MG e com filiais em São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ e controlada pela Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (“AG Engenharia”). A Companhia atua em dois segmentos principais:

- a) Serviços de construção civil:
- Construção de lotes de linhas de transmissão de energia nos estados de Minas Gerais, Bahia, Goiás, Piauí e Pará;
 - Usina termelétrica do Porto de Açú – contrato de engenharia, suprimento e construção da planta termelétrica localizada em São João da Barra, no estado do Rio de Janeiro;
 - Obras civis da usina de beneficiamento – Salobo III;
 - Reconstrução do distrito de Paracatú de Baixo, na região de Mariana;
 - Barramento do Rio Pequeno, em Linhares/ES;
 - Implementação de usinas de geração solar fotovoltaica, no estado do Ceará;
- b) Exportação de bens e materiais, que consistem na revenda de bens nacionais para clientes e projetos do Grupo Andrade Gutierrez (“Grupo AG”) no exterior, principalmente na América Latina e África.

A Companhia detém o controle acionário da AGComex Comercial Exportadora Ltda (“AGCOMEX”). A aquisição do controle acionário foi realizada entre empresas do grupo e visa dar continuidade à estratégia de promoção de sinergia nos negócios de exportação.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram preparadas com o pressuposto de continuidade operacional, baseando-se em suas projeções de fluxo de caixa futuro do Grupo.

Cisão Parcial

Em 15 de julho de 2020 a Companhia realizou Cisão Parcial, cedendo para sua controladora, Andrade Gutierrez Engenharia S.A, um recebível, relacionado ao precatório junto ao Governo do Amazonas. Esta operação foi feita para uma melhor organização patrimonial, conforme sua estratégia de atuação. O impacto patrimonial desta operação foi como segue:

	ATIVO CINDIDO	PASSIVO CINDIDO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CINDIDO
Contas a Receber - Não Circulante	620.000.000	-	-
Impostos e contribuições diferidos a recolher	-	48.277.718	-
Capital Social	-	-	571.722.282
TOTAL	620.000.000	48.277.718	571.722.282

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações nas práticas contábeis promovidas pelas Leis nº 11.941/09, abrangendo os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados itens mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma (os saldos em dólares e em outras moedas, quando aplicáveis, também estão apresentados em milhares).

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas diferentes da moeda funcional, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração da Companhia e de suas investidas faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores contábeis de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas em diante, sem efeito em períodos anteriores.

As informações sobre os principais julgamentos críticos efetuados pela Administração da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas referente às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão relacionadas a seguir.

2.4.1. Orçamento contratual

Os orçamentos dos custos e receitas para os contratos de construção são realizados por especialistas de engenharia desde a elaboração dos projetos até a sua realização total, com acompanhamento constante dos eventos econômicos, financeiros, ambientais e sociais, que possam afetar diretamente o orçamento de cada empreendimento. Os orçamentos dos custos são elaborados considerando as obrigações de desempenho contidas em cada projeto e são revisados, no mínimo, anualmente e refletem a melhor estimativa da Administração da Companhia do que seriam os custos necessários a serem incorridos na execução de seus projetos.

2.4.2. Determinação da vida útil e depreciação – ativos imobilizados

A determinação da vida útil de itens do ativo imobilizado é feita com base em informações históricas e na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A Companhia conta com uma área composta por profissionais especialistas que aplicam premissas, estimativas e julgamentos para concluir sobre a vida útil de itens do ativo imobilizado. Estas estimativas são revistas, no mínimo, anualmente e sempre que há alteração na estimativa de vida útil de determinado bem, os impactos são reconhecidos no exercício em que houver tal alteração, sem impactos retrospectivos. As estimativas utilizadas para determinação da vida útil podem impactar a determinação do valor depreciável dos ativos e a respectiva curva de depreciação ao longo dos exercícios.

2.4.3. Determinação da provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*) – ativos imobilizados

Conforme detalhado na nota explicativa 11.4, a Companhia realiza periodicamente a revisão do valor recuperável de seus equipamentos pesados e veículos, através da contratação de empresa independente e especializada neste tipo de avaliação. Para a determinação da provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*) dos ativos imobilizados, a empresa avaliadora se utiliza de premissas, julgamentos e estimativas que podem influenciar a definição do valor recuperável dos ativos. As abordagens utilizadas para este trabalho de avaliação estão melhor detalhadas na nota explicativa 11.4.

2.4.4. Provisões para contingências

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de profissionais capacitados para avaliar, de acordo com a natureza de cada passivo a ser provisionado, o esforço financeiro a ser requerido para liquidar uma obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à tais passivos. Os montantes provisionados pela Companhia com base neste julgamento estão detalhados na nota explicativa nº 19.

2.4.5. Provisões para perdas em ativos financeiros – contas a receber

As provisões para perda em ativos financeiros da Companhia são mensuradas com base em histórico de inadimplência, na conjuntura econômica do país, os riscos específicos da carteira, assim como as negociações em andamento, seja por via administrativa ou judicial. Ainda conforme trazido pelo CPC 48, esta estimativa pode ser feita para as perdas esperadas durante toda a vida contratual do ativo financeiro ou para os próximos 12 (doze) meses, a depender das características de risco de crédito constatadas à data de elaboração das demonstrações financeiras.

2.4.6. Realização do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor e em atendimento às determinações do CPC 32. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro, com base em estudos e projeções internas.

2.5. Principais políticas e práticas contábeis

As principais políticas contábeis usadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas, com exceção dos itens específicos apresentados abaixo. As referidas políticas contábeis têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

2.5.1. Participação em consórcios

Os consórcios são constituídos da junção de duas ou mais entidades para a execução de projetos de engenharia. Os consórcios são caracterizados como empreendimentos controlados em conjunto, uma vez que as empresas participantes detêm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos de acordo com seu percentual de participação no empreendimento. As participações em consórcios são reconhecidas linha a linha nas contas de

balanço e demonstração do resultado da Companhia, respeitando seu percentual de participação em cada um dos empreendimentos.

2.5.2. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento.

2.6. Novos pronunciamentos contábeis, revisões, interpretações e orientações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") são os seguintes:

2.6.1 Novas normas ou alterações em pronunciamentos contábeis vigentes

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 15 - Combinação de negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	01/01/2020
CPC 48 - Instrumentos financeiros: Evidenciação e CPC 38 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (LIBOR).	01/01/2020
CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis e CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.	01/01/2020

As alterações de normas descritas acima, que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2020, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.6.2 Novas normas ou alterações em pronunciamentos contábeis não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 48 CPC 08 CPC 40 CPC 11 CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (LIBOR).	01/01/2021
CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
CPC 27 - Ativo imobilizado	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

Em relação aos normativos e alterações descritos acima, com data de vigência para exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento da emissão destas demonstrações financeiras não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

3.1 Política contábil

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	27	16	77	64
Aplicações financeiras (a)	5.781	18.612	5.781	18.612
Caixa e equivalentes de caixa	5.808	18.628	5.858	18.676

(a) As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, referem-se substancialmente a operações compromissadas, remuneradas à taxa média de 60% do CDI.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Operações compromissadas	5.108	18.612	5.108	18.612
Depósitos à prazo CDB e CDI	673	-	673	-
Total	5.781	18.612	5.781	18.612

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

4.1 Política contábil

O saldo de contas a receber de clientes é decorrente de prestações de serviços de engenharia e vendas de mercadorias atreladas à construção de empreendimentos de infraestrutura. Conforme política contábil utilizada pela Companhia para o reconhecimento de receita nos contratos de construção, esta rubrica contempla, além das faturas emitidas contra seus clientes, os saldos ativos decorrentes da aplicação da metodologia do POC (percentual de conclusão, em português).

Quando a receita reconhecida neste método exceder o montante de faturas efetivamente emitidas contra o cliente, esta diferença é reconhecida dentro do grupo de “contas a receber de clientes”.

4.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Nacionais				
Terceiros (a)	74.755	41.141	74.755	41.141
Controladora direta	777	22	777	22
Exterior				
Terceiros (b)	44.037	34.157	44.037	34.157
Obras/projetos do grupo AG (c)	282.279	220.133	299.414	233.467
Subtotal - Circulante	401.848	295.453	418.983	308.787
Contas a receber via judicial (d)				
Contas a receber via judicial (d)	59.913	508.718	59.913	508.718
Subtotal - Não Circulante	59.913	508.718	59.913	508.718
Total contas a receber	461.761	804.171	478.896	817.505

- (a) Refere-se aos saldos a receber dos consórcios, o qual é reconhecido proporcionalmente ao seu percentual de participação.
- (b) Na rubrica de contas a receber de clientes de curto prazo estão classificados os saldos listados na Câmara de Créditos Recíprocos (CCR) com realização prevista para 2021.
- (c) Saldo a receber, cotados em dólares norte-americanos, referentes a exportações de bens, realizadas para obras e projetos do Grupo AG localizadas, principalmente, no continente africano.

(d) Em 15 de julho de 2020, a Administração da Companhia efetuou cisão parcial, cindindo o saldo de contas a receber referente ao precatório junto ao Governo do Amazonas, no montante de R\$620.000 foi cedido para sua controladora direta, bem como saldo de impostos diferidos relacionados ao ativo, especificamente a Contribuição Social sobre Lucro Líquido no valor de R\$ 48.278.

A Administração da Companhia acredita que não incorrerá em perdas significativas sobre seus saldos de contas a receber

5. ESTOQUES

5.1 Política contábil

O reconhecimento inicial dos estoques é feito pelo respectivo custo de aquisição, e sua mensuração posterior se dá pelo menor valor entre o custo médio das aquisições e o valor realizável líquido. Para subsidiar a análise de valor realizável líquido, a Companhia promove a realização de inventários físicos regularmente em suas unidades operacionais. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação e também não superam o valor realizável líquido destas. Os saldos demonstrados nesta rubrica representam, essencialmente, materiais destinados a aplicação nas obras em andamento.

5.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Materiais de consumo e almoxarifado	7.644	8.251	7.644	8.251
Adiantamento para fornecedores de mercadorias	-	-	395	395
Total	7.644	8.251	8.039	8.646

A administração da Companhia espera aplicar ou consumir estes estoques em suas obras dentro de seu ciclo operacional normal. Não são esperadas perdas significativas em relação ao valor realizável líquido dos estoques para além daquelas já reconhecidas.

6. INVESTIMENTOS EM CONTROLADA

6.1 Política contábil

Para fins destas demonstrações financeiras individuais, as participações detidas pela Companhia em sua controlada, é reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

A Companhia classifica uma investida como controlada quando possui o poder de influenciar, unilateralmente, seus retornos econômicos e financeiros, exercendo o controle individual sobre as decisões estratégicas e financeiras da investida.

Quando a Companhia mantém saldos ativos ou passivos que não possuem prazo definido para liquidação, com investidas no exterior, a participação societária total da Companhia naquelas entidades é apresentada de forma líquida, ou seja, soma-se ao valor contábil da participação no patrimônio líquido da investida, os saldos de ativos ou passivos financeiros em aberto contra ou a favor de tal investida. Esta prática contábil está em conformidade com o CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, e os saldos considerados para fins de sua aplicação podem ser consultados na movimentação dos investimentos, apresentada nesta nota explicativa.

Após calcular o saldo de sua participação na investida, a Companhia reconhece toda sua participação societária com saldo positivo na rubrica de "Investimentos" do ativo.

Os detalhes da aplicação do critério de apresentação pelo líquido, conforme CPC 02 (R2), bem como a classificação das participações entre Investimento e Provisões para perdas em investimentos, podem ser consultados nas movimentações apresentadas adiante.

6.1 Relação da investida e principais informações

A relação da investida da Companhia, segregada por controlada, bem como o país de origem, ramo de atividade, percentual de participação e patrimônio líquido, está demonstrado a seguir:

Nome da controlada	Principal atividade	Local de constituição e operação
AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda	Exportação de bens	Brasil

	31/12/2020	31/12/2019
Participação e capital votante detidos	99,99%	99,99%
	99,999278%	99,999960%
Números total de quotas	27.572	463.851
Número de quotas detidas (lotes de mil)	27.572	463.851
Ativo total	34.417	303.655
Passivo total	891	7.620
Capital social	27.572	463.851
Patrimônio líquido	33.526	296.035
Resultado do exercício	5.954	23.836

6.2 Movimentação dos saldos de investimento

A movimentação da participação na investida da Companhia, bem como os saldos dos investimentos e das provisões para perda em investimentos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão demonstradas a seguir.

Investimento - Controladora	Saldo em 31/12/2018	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2019	Aumento de capital	Redução de Capital	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2020
AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda	269.492	2.707	23.836	296.035	-	(268.463)	5.954	33.526
Nova AGCS	-	-	-	-	1	-	(8)	(7)
Outros	150	-	-	150	456	-	-	606
	269.642	2.707	23.836	296.184	457	(268.463)	5.946	34.125

No exercício de 2020 houve uma redução de capital na investida (AGCOMEX), o que acarretou na diminuição do saldo de investimento da companhia, no respectivo valor. A redução de capital foi realizada com o saldo a receber da AGCOMEX com a própria Companhia.

7. IMOBILIZADO

7.1 Política contábil

Reconhecimento e mensuração

A mensuração dos ativos imobilizados da Companhia é feita pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados com fins específico de construção de ativos, se houver, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são reavaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Os custos dos ativos imobilizados contemplam os gastos que são diretamente atribuíveis aos esforços incorridos pela Companhia para colocar o ativo no local e em condição necessária para operar. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício em que houver a venda.

Depreciação

A depreciação das classes de equipamentos e veículos é computada pelo método de horas trabalhadas, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica. Para as demais classes de ativo imobilizado, a depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos periodicamente e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis, gerando efeitos apenas no exercício em que tal ajuste é constatado.

7.2 Composição

	31/12/2020			31/12/2019		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	110	-	110	110	-	110
Imóveis de Uso	14.739	(7.884)	6.855	13.203	(4.312)	8.891
Equipamentos e veículos	4.737	(1.586)	3.151	6.342	(2.856)	3.486
Móveis e utensílios	1.434	(326)	1.108	1.294	(150)	1.144
Imobilizado em andamento	-	-	-	1.016	-	1.016
Outras imobilizações	25	-	25	25	-	25
	21.045	(9.796)	11.249	21.990	(7.318)	14.672

7.3 Movimentação

	Saldo		Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo
	31/12/2019	Adições				31/12/2020
Terrenos	110	-	-	-	-	110
Imóveis de Uso	9.031	152	(253)	(3.577)	1.502	6.855
Equipamentos e veículos	3.345	800	(616)	(401)	23	3.151
Móveis e utensílios	1.290	255	(101)	(193)	(143)	1.108
Imobilizado em andamento	873	431	75	-	(1.379)	-
Outras imobilizações	23	2	-	-	-	25
Total	14.672	1.640	(895)	(4.171)	3	11.249

7.4 Provisão para redução ao valor recuperável (teste de *impairment*)

A Companhia realiza periodicamente o teste de *impairment* nos equipamentos pesados e veículos alocados, objetivando mensurar a recuperabilidade destes ativos. A referida avaliação é feita por empresa especializada independente e com qualificação técnica comprovada. Para realizar as referidas avaliações, foram utilizadas duas abordagens que estão em linha com métricas e métodos de avaliação amplamente reconhecidos pelo mercado de avaliações de ativos, quais sejam: abordagem de mercado e abordagem de custo.

Abordagem de mercado

A abordagem de mercado busca encontrar parâmetros de preços negociados no mercado de bens similares ao bem objeto da avaliação. Quando existem dados confiáveis e verificáveis divulgados no mercado, esta abordagem, normalmente, é a mais recomendada para definição do valor de mercado de um ativo. Para estas avaliações foram realizadas pesquisas em sítios eletrônicos de venda de equipamentos usados similares e, quando encontrados dados suficientes para essa análise, optou-se por utilizá-la como metodologia principal. Além das pesquisas no mercado, tendo em vista a existência de histórico de vendas de equipamentos pela Companhia, tais insumos foram utilizados como dados equivalentes aos aplicados na cotação direta no mercado e foram usados na avaliação.

Abordagem de custo

Para os equipamentos em que não foi possível realizar a avaliação pela abordagem de mercado, adotou-se como critério de avaliação o custo de aquisição depreciado como metodologia de avaliação. Esse método parte do valor de um determinado bem novo, normalmente adquirido através de cotações com fornecedores, que é, posteriormente, depreciado por uma taxa de depreciação de mercado. No presente trabalho foram utilizadas informações da própria base da Companhia referentes às compras recentes de equipamentos, como parâmetro de valor de bem novo. Ainda, para definição da taxa de depreciação de mercado, utilizou-se o método de depreciação do Engenheiro Hélio de Caires também utilizada para definição da VUR (vida útil remanescente) dos equipamentos avaliados. Neste trabalho, também são utilizados insumos das tabelas de vida útil divulgadas pela ASA (*American Society Appraisers*) e a tabela do IBAPE (Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia), para auxiliar na determinação da VUE (vida útil econômica) dos bens avaliados.

8. DIREITOS DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

8.1 Política contábil

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. São reconhecidos ativos de direito de uso que representam o direito de utilizar os ativos arrendados e passivos de arrendamento para demonstrar o fluxo presente de pagamentos dos contratos de arrendamento.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo estimado de vigência do contrato de arrendamento ou da vida útil do bem arrendado, o que for menor.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo dos contratos. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual, quando houver.

Quando as taxas de juros implícitas nos arrendamentos não são facilmente determináveis, a Companhia pode utilizar a taxa de empréstimo incremental na data de início dos contratos para calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento. Após a data de início, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, principalmente relacionada ao prazo do arrendamento.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de contratos de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento em contratos de arrendamento cujos ativos subjacentes sejam de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do contrato.

Como arrendadora

A Companhia não foi parte, como arrendadora, em contratos de arrendamento em nenhum dos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

8.2 Composição e movimentação

Para o reconhecimento dos passivos de arrendamento a valor presente, a Companhia utilizou uma taxa de desconto de 3,79% ao ano, que representa, substancialmente, a taxa de juros implícita em seus contratos, sem considerar os efeitos futuros de inflação projetada, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). A seguir são apresentadas as movimentações dos arrendamentos, conciliadas com os saldos do balanço patrimonial no encerramento dos exercícios de 2020 e 2019:

Arrendamentos	31/12/2019	Adições	Amortização	Baixas	Juros	Pagamentos		31/12/2020
						Principal	Juros	
Direito de uso com arrendamentos								
Edificações - Instalações	2.858	205	(1.617)	(666)	-	-	-	780
Equipamento básico - ferramentas	58	-	(53)	(5)	-	-	-	-
Máquinas, Equip. e Veículos Pesados	9	219	(63)	(142)	-	-	-	23
Equipamento de Transporte - Veículos	15	-	(13)	(1)	-	-	-	1
	2.940	424	(1.746)	(814)	-	-	-	804
Passivos de arrendamentos								
Edificações - Instalações	2.870	205	-	(666)	32	(1.722)	32	751
Equipamento básico - ferramentas	56	219	-	(5)	4	(124)	4	154
Máquinas, Equip. e Veículos Pesados	8	-	-	(142)	-	-	-	(134)
Equipamento de Transporte - Veículos	23	-	-	(1)	-	-	-	22
	2.957	424	-	(814)	36	(1.846)	36	793

9. FORNECEDORES E SUBEMPREENTEIROS E OPERAÇÕES ANTECIPADAS

Os saldos de fornecedores e subempreiteiros são representados substancialmente por fornecedores de serviços, insumos de construção e equipamentos utilizados nas obras executadas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, os saldos de fornecedores e subempreiteiros era de R\$54.676 (R\$38.694 em 31 de dezembro de 2019), na Controladora e R\$55.138 (R\$38.696, em 31 de dezembro de 2019), no Consolidado.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

10.1 Política contábil

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados ou na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A mensuração subsequente leva em consideração a apropriação dos juros contratuais pactuados, eventuais atualizações de câmbio, quando aplicável, e as respectivas liquidações. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os custos de transação, quando incorridos, são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Considerando as características contratuais e o modelo de negócio utilizado pela Companhia, todos os empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2020, estão classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

10.2 Movimentação

Abaixo está apresentada a movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia, por modalidade, conciliada com os fluxos de caixa de atividade de financiamento, para os exercícios de 2020 e 2019:

	Capital de giro
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Captações	3.500
Pagamentos de principal	(1.197)
Pagamentos de juros	(98)
Juros apropriados	99
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.304
Captações	3.523
Pagamentos de principal	(4.429)
Pagamentos de juros	(229)
Juros apropriados	242
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.411

O saldo de empréstimos em 31 de dezembro é referente a captação da modalidade de capital de giro, sendo atualizado a 100% do CDI, acrescido de 5,40% a.a.

10.3 Covenants

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, nenhum dos empréstimos e financiamentos da Companhia possuem *covenants* financeiros. As cláusulas de *covenants* destes contratos se referem, principalmente, à necessidade de anuência dos credores para operações de reestruturação societária envolvendo a Companhia, observância de requisitos de *Compliance* e exigência de demonstrações financeiras anuais auditadas.

11. PARTES RELACIONADAS
11.1 Composição

Partes relacionadas - Controladora	Natureza	2020			
		Ativo Circulante	Não Circulante	Passivo Circulante	Não Circulante
Empresas ligadas - Mercado interno					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Contas a pagar / receber	-	-	(29)	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Mútuo	-	-	-	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Mútuo	-	2.273	-	-
Contas a receber (pagar) consorciadas	Outras	31.971	-	(86.495)	-
Outras partes relacionadas mercado interno	Outras	-	-	(3.743)	-
Empresas ligadas - Mercado externo					
AG Engenharia (Sucursal Gana) - (b)	Contas a receber	225.809	-	-	-
AG Engenharia (Sucursal Angola)	Contas a receber	35.983	-	-	-
AG Europa, Ásia e África	Contas a receber	13.800	-	-	-
Demais obras/projetos do Grupo	Contas a receber	6.688	-	-	-
Saldo das transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2020		314.251	2.273	(90.267)	-

Partes relacionadas - Consolidado	Natureza	2020			
		Ativo Circulante	Não Circulante	Passivo Circulante	Não Circulante
Empresas ligadas - Mercado interno					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Contas a pagar / receber	-	2.273	(29)	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Mútuo	-	22.236	-	(10.379)
Contas a receber (pagar) consorciadas (a)	Outras	31.971	-	(86.495)	-
Outras partes relacionadas mercado interno	Outras	-	1.124	(3.743)	(456)
Empresas ligadas - Mercado externo					
AG Engenharia (Sucursal Gana) (b)	Contas a receber	240.809	-	-	-
AG Engenharia (Sucursal Angola) (b)	Contas a receber	35.983	-	-	-
AG Europa, Ásia e África	Contas a receber	13.800	-	-	-
Demais obras/projetos do Grupo	Contas a receber	8.821	-	-	-
Saldo das transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2020		331.384	25.633	(90.267)	(10.835)

Partes relacionadas - Controladora	Natureza	2019			
		Ativo Circulante	Não Circulante	Passivo Circulante	Não Circulante
Empresas ligadas - Mercado interno					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Contas a pagar / receber	22	-	(146)	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Mútuo	-	2.273	-	-
AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda (c)	Contas a pagar / receber	-	-	-	(268.461)
Contas a receber (pagar) consorciadas	Outras	118.617	-	(79.933)	-
Outras partes relacionadas mercado interno	Outras	-	-	(1.596)	-
Empresas ligadas - Mercado externo					
AG Engenharia (Sucursal Gana)	Contas a receber	175.143	-	-	-
AG Engenharia (Sucursal Angola)	Contas a receber	27.909	-	-	-
AG Europa, Ásia e África	Contas a receber	10.708	-	-	-
Demais obras/projetos do Grupo	Contas a receber	6.373	-	-	-
Saldo das transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2019		338.772	2.273	(81.675)	(268.461)

Partes relacionadas - Consolidado	Natureza	2019			
		Ativo Circulante	Não Circulante	Passivo Circulante	Não Circulante
Empresas ligadas - Mercado interno					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Contas a pagar / receber	22	-	(292)	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Mútuo	-	15.057	-	-
Contas a receber (pagar) consorciadas	Outras	118.617	-	(79.933)	-
Outras partes relacionadas mercado interno	Outras	-	-	(1.596)	-
Empresas ligadas - Mercado externo					
AG Engenharia (Sucursal Gana)	Contas a receber	186.778	-	-	-
AG Engenharia (Sucursal Angola)	Contas a receber	27.970	-	-	-
AG Europa, Ásia e África	Contas a receber	10.805	-	-	-
Demais obras/projetos do Grupo	Contas a receber	7.915	-	-	-
Saldo das transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2019		352.107	15.057	(81.821)	-

Os detalhes sobre os principais saldos de ativos e passivos são apresentados a seguir.

- O montante de R\$31.971 refere-se ao saldo a receber em 31 de dezembro de 2020, referente as transações de envios/recebimentos de remessas de aportes e transferência/recebimentos de custos através de notas de débito junto aos Consórcios em que a Companhia detém participação;
- Os saldos no final do exercício, que a Companhia detém com suas Sucursais em Gana e Angola, principalmente, são referentes a exportação de bens para projetos de construção nos respectivos países;
- No exercício de 2020 a Companhia realizou a baixa do saldo que havia no exercício anterior, junto a sua Controlada, no montante de R\$ 268.461, em decorrência de redução de capital na investida.

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

A composição dos saldos de impostos a recolher está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Parcelamento Lei 9.964/2000 (a)	1.906	5.065	1.906	5.065
IR/CS	1.191	1.814	1.576	2.182
PIS/COFINS	2.885	2.861	2.885	2.896
ISS	3.367	756	3.367	756
IRRF	935	964	935	964
INSS	135	247	135	247
Outros	307	283	357	3.083
	10.726	11.990	11.161	15.193
Circulante	8.996	6.925	9.431	10.128
Não circulante	1.730	5.065	1.730	5.065

- O débito consolidado do saldo do REFIS é pago em parcelas mensais e sucessivas, vencíveis no último dia útil de cada mês, sendo o valor de cada parcela determinado em função de percentual da receita bruta do mês anterior (0,6% no caso de pessoa jurídica submetida ao regime de tributação com base no lucro presumido). O saldo é atualizado pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

13. PROVISÕES PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

Provisões para riscos

A Companhia revisa periodicamente suas provisões para riscos. Estas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos quando estes concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões para risco são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

A Administração acompanha periodicamente o desenvolvimento desses processos e, com base na opinião de seus assessores jurídicos e políticas internas, constitui novas provisões (sempre que surgirem novos processos com prognóstico de perda provável ou houver mudança desfavorável na estimativa de perda) ou realiza reversões (sempre que uma decisão judicial é integral ou parcialmente favorável à Companhia). Por se tratar de revisão de estimativa, todos os ajustes, positivos e negativos, nos saldos de provisões para riscos, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que tal mudança é identificada, sem que ocorram alterações nos resultados previamente emitidos.

Podem existir ainda, processos judiciais para os quais a Companhia não reconhece provisão para risco em suas demonstrações financeiras. Este cenário ocorre, conforme determinado pelo CPC 25, quando a avaliação dos assessores jurídicos conclui que os riscos de perda são: a) possíveis, onde apenas é exigido a divulgação em nota explicativa; ou b) remotos, para os quais não são exigidos quaisquer provisões ou divulgação.

Os advogados e assessores jurídicos da Companhia acompanham permanentemente a situação desses riscos, revisando seus prognósticos em relação ao desfecho final dessas sentenças, quando necessário.

Provisões trabalhistas

A Companhia é parte em processos trabalhistas relacionados, principalmente, ao pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais, adicionais de insalubridade, periculosidade, equiparação salarial e integração de verbas na remuneração. A Administração realiza as provisões trabalhistas baseada na opinião de seus advogados e assessores jurídicos e no histórico dos desfechos destas demandas.

Provisões cíveis

A Companhia é parte de processos cíveis referentes a danos morais e materiais requeridos por terceiros e funcionários em função de danos causados por execução de obras e acidentes de trabalho. A Administração realiza estas provisões baseada na opinião dos assessores jurídicos.

Provisões tributárias

A Companhia possui autos de infração em função de ter considerado como dedutíveis certas despesas que seriam consideradas não dedutíveis na apuração do imposto de renda e contribuição social, bem como imposto de renda na fonte sobre referidas despesas.

De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis, fiscais e previdenciários da Companhia dos últimos 5 anos e 30 anos para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS encontram-se abertos para eventual fiscalização por parte das autoridades fiscais.

A Administração da Companhia entende que, em caso de eventual fiscalização, não haverá questionamentos que envolvam desembolsos significativos, além da provisão registrada.

13.1 Composição

As provisões para perda, riscos e multas fiscais reconhecidas na demonstração do resultado, são compostas pelos seguintes saldos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(199)	-	(199)
Provisão para Contencioso jurídico	(319)	(882)	(319)	(882)
Provisão (reversão) para contratos onerosos	511	1.318	511	1.318
Total	192	237	192	237

13.2 Passivos contingentes

A Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seu advogados e assessores legais, internos e externos, e conforme determinação do CPC 25, não constituiu provisão para riscos trabalhistas, tributários ou cíveis, por entender que os riscos de perda não são prováveis, mas possíveis. Os processos cujo risco de perda é possível referem-se, principalmente, a ações civis públicas, em especial por atos de improbidade, ações que versam sobre licitações e seus desenvolvimentos e outras ações judiciais movidas por outras partes que se relacionam, ou relacionaram, com a Companhia na execução de seus projetos de engenharia. Em 31 de dezembro de 2020, os processos cuja probabilidade de perda é considerada como possível totalizam R\$22.353 (em 31 de dezembro de 2019 não haviam valores considerados como possíveis).

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

14.1 Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Caso haja prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social ou outros créditos fiscais não utilizados, a Companhia, sempre que permitido por legislação vigente, utiliza-se destes créditos para realizar a compensação de 30% do valor-base tributável.

Considera-se como imposto corrente aquele imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação a exercícios anteriores, se houver.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em projeções internas da Companhia.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, como por exemplo, o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre os saldos de variações cambiais de ativos e passivos mantidos com investidas no exterior. Tanto a variação cambial destes saldos como os impostos diferidos, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, no grupo de outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente e o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: (a) diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil e (b) Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

14.2 Política contábil

Mudança de regime de tributação

Conforme nota nº 14, em 2020 a companhia alterou seu o regime de apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido . Desta forma, deixou de ser tributada pelo Lucro Presumido e passou a ser tributada pelo Lucro Real Esta mudança foi realizada para melhor adequação a operação da Companhia.

14.3 Conciliação da alíquota efetiva

A Companhia, no exercício de 2020, alterou o seu regime de tributação, passando do regime de Lucro Presumido para o regime de Lucro Real. Segue abaixo a conciliação das alíquotas efetivas de IR/CS nos exercícios de 2019 e 2020 (Lucro Presumido) e do exercício de 2020 (Lucro Real):

	31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	221.344
Alíquota nominal	34%
Imposto de renda e contribuição social nominais	(75.257)
(Adições) exclusões permanentes:	
Despesas indedutíveis	429
Resultado de equivalência patrimonial	(1.973)
Outros	(7.686)
	(9.230)
Total do imposto de renda e contribuição social efetivos apurados	(84.487)
Corrente	-
Diferido	(680)
	(680)
Alíquota efetiva de IR/CS para o exercício	38,48%

	31/12/2019	
	IR	CSLL
Receita bruta de construção e exportação	368.054	368.054
Percentual de presunção	8%	12%
	29.444	44.166
Receita bruta de aluguel de equipamentos e Outras Receitas	398	398
Percentual de presunção	32%	32%
	127	127
Variação cambial líquida (regime de caixa)	9.813	9.813
Percentual de presunção	100%	100%
	9.813	9.813
Base de cálculo	39.384	54.106
Alíquota nominal	0	0
IR/CS reconhecido no resultado do exercício - Controladora	9.846	4.870
IR/CS apurado por controlada tributada pelo Lucro Real	(21.971)	104
IR/CS reconhecido no resultado do exercício - Consolidado	(12.125)	4.974
Corrente	7.128	3.807
Diferido	(19.253)	1.167

14.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos, e o respectivo valor contábil.

A transações que originaram os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos da Companhia, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão detalhadas a seguir:

	31/12/2020
Ativo	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (a)	(1.923)
Provisão para riscos e contingências	4.432
Crédito de prejuízo fiscal / base de calculo negativa	95.946
Ajuste IFRS 15/CPC 47 (IN 1771/17)	23.968
Ajuste IFRS 16	(2.736)
	119.687
Passivo	
Variação cambial pelo regime de caixa (b)	127.540
	127.540
Total líquido passivo	(7.853)

- (a) O valor constituído referente à provisão para crédito de liquidação duvidosa limitou-se ao valor de créditos baixados no exercício de 2020, que não atenderam aos pré-requisitos de dedutibilidade impostos pelo artigo 9º da Lei nº 9.430/96.

- (b) A Companhia optou por tributar as variações cambiais sobre suas operações em moeda estrangeira pelo regime caixa, ou seja, quando da liquidação financeira destas operações.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1 Capital Social

O capital social subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é composto por 4.299.801 ações ordinárias nominativas (507.035.694 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2019), com valor nominal de R\$1,00 por cada ação. O capital social da Companhia é composto conforme demonstrado abaixo:

Acionistas	31/12/2020		31/12/2019	
	Ações	%	Ações	%
ANDRADE GUTIERREZ ENGENHARIA S.A.	4.295.727	99,9053%	507.032.084	99,9993%
ADPAR - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	4.074	0,0947%	3.610	0,0007%
Total	4.299.801	100%	507.035.694	100%

15.2 Reserva legal

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do período, conforme artigo 193 da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

16. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS E VENDAS

16.1 Política contábil

Receita dos contratos de construção

O reconhecimento das receitas nos contratos de construção da Companhia ocorre conforme as premissas estabelecidas pelo CPC 47 e baseia-se inicialmente no orçamento estimado para conclusão do projeto, respeitadas as obrigações de desempenho contratualmente identificadas. Este orçamento é elaborado e revisado periodicamente por profissionais de engenharia habilitados para precificar os custos e as receitas do contrato ao longo do tempo.

Quando o orçamento de um contrato de construção é estimado com confiabilidade, as receitas e os custos são reconhecidos com base no estágio de conclusão do contrato no final do período, mensurados com base na proporção dos custos incorridos em relação aos custos totais estimados do contrato. Esta metodologia é comumente conhecida como “POC” (*percentage of conclusion*).

Quando for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente como despesa.

No momento em que a receita reconhecida, considerando o custo incorrido, exceder o valor total faturado contra o cliente, esta diferença é reconhecida na rubrica de “contas a receber de clientes”, classificado como “serviços a faturar”, conforme apresentado no *aging list* de contas a receber, na nota explicativa nº 5.

Quando a receita reconhecida, considerando o custo incorrido, for menor do que o valor total das notas fiscais emitidas contra o cliente, esta diferença é reconhecida na rubrica de “adiantamentos de clientes”, classificado como “serviços a prestar”.

Adicionalmente, existem contratos que são executados sob a forma conhecida como “Contratos com Remuneração por Administração”. Estes contratos possuem taxas de remuneração pré-acordadas, que são aplicadas sobre as medições apresentadas e aprovadas pelos clientes.

Nesse tipo de contrato a receita é reconhecida quando a referida medição é aprovada pelo cliente, considerando os gastos incorridos para realizar determinadas etapas dos projetos e quando as obrigações de desempenho acordadas com o cliente são atendidas.

Receita de serviços de operação e manutenção

Respeitadas as determinações trazidas pela norma de reconhecimento de receitas, CPC 47, as receitas de serviços de operação e manutenção são reconhecidas de acordo com as bases contratuais estabelecidas, respeitando o reconhecimento, por parte dos clientes, da prestação adequada dos serviços e, geralmente, representam um fluxo contínuo de geração de direitos de receber por parte da Companhia em contraparte ao fornecimento de serviços de manutenção de equipamentos e infraestruturas operacionais nas instalações de seus clientes.

Receita de vendas de mercadorias

A receita de venda de mercadoria é reconhecida quando a Companhia transfere para seus clientes todos os riscos e benefícios significantes referente à propriedade do produto. A receita está apresentada na demonstração do resultado do exercício, líquida de qualquer imposto sobre venda e é reconhecida pelo valor justo recebido ou a receber, na extensão da probabilidade dos benefícios fluírem para a Companhia e os custos puderem ser mensurados razoavelmente.

16.2 Composição

Conforme demonstrado no contexto operacional, as receitas operacionais da Companhia advêm especialmente da execução de obras de engenharia e infraestrutura no Brasil. Outras fontes de receita incluem a prestação de serviços de operação e manutenção de infraestruturas industriais e a venda de mercadorias relacionadas ao segmento de engenharia.

A composição da receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício pode ser demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita de construção civil	207.352	368.054	207.352	368.054
Outras Receitas	11	398	11	398
Total receita bruta	207.363	368.452	207.363	368.452
Impostos sobre a receita	(10.302)	(9.388)	(10.302)	(9.388)
Total receita líquida	197.061	359.064	197.061	359.064

17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

17.1 Política contábil

Os custos e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas, de acordo com seus respectivos prazos de duração.

17.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Materiais vendidos	-	(1.070)	-	(1.213)
Matérias-primas e materiais de consumo	(30.036)	(54.142)	(30.036)	(54.142)
Serviços de terceiros	(76.828)	(111.824)	(77.174)	(110.080)
Salários e encargos sociais	(107.731)	(121.010)	(107.731)	(121.010)
Depreciação e amortização	(5.920)	(6.431)	(5.920)	(6.431)
Impostos, taxas e encargos	(958)	(1.078)	(958)	(1.071)
Outros	(744)	(374)	(752)	(391)
Total	(222.217)	(295.929)	(222.571)	(294.338)
Custos dos produtos e serviços vendidos	(221.306)	(293.653)	(221.306)	(293.834)
Despesas gerais e administrativas	(911)	(2.276)	(1.265)	(486)
Total	(222.217)	(295.929)	(222.571)	(294.320)

18. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

O resultado financeiro é composto por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras				
Rendimento de Aplicações Financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	90	1.044	113	1.044
Ajuste a valor justo de ativos	171.195	-	171.195	47
Total das receitas	171.285	1.044	171.308	1.091
Despesas financeiras				
Juros sobre mútuo	-	-	-	(11)
Despesas bancárias	(4.789)	(1.567)	(4.789)	(1.567)
Outros	(309)	(149)	(413)	(149)
Total das despesas	(5.098)	(1.716)	(5.202)	(1.727)
Receita de variação cambial	-	8.955	3.800	9.467
Despesa de variação cambial	73.476	-	73.476	-
Variação cambial, líquida	73.476	8.955	77.276	9.467
Resultado líquido	239.663	8.283	243.382	8.831

19. GESTÃO DE RISCOS E ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Exposição a riscos financeiros

Os mapeamentos de riscos foram segregados em quatro categorias: (a) Risco de capital, que é o risco da Companhia garantir a sua continuidade e dos seus negócios em longo prazo; (b) Risco de mercado, que é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros; (c) Risco de liquidez, que compreende o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro; (d) Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Gestão do risco de mercado

Exposição a riscos cambial

O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio, devido ao fato de: (i) uma parcela dos contratos de construção de suas controladas estar sendo executada em obras no exterior (principalmente América Latina e África), o que pode gerar efeitos no reconhecimento das equivalências patrimoniais das investidas responsáveis por estas obras; e (ii) pelo fato de possuir posições passivas com suas partes relacionadas, bem como empréstimos bancários, atrelados a moedas estrangeiras. Estes riscos são avaliados e se necessários mitigados pela área de Gestão de Riscos Financeiros, que monitora periodicamente os fluxos financeiros e operacionais da Companhia.

Ativos

A Companhia está exposta à variação de câmbio em saldos ativos mantidos com sucursais no exterior. O risco vinculado a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos.

Passivos

Em 31 de dezembro de 2020, a companhia não possui saldos passivos em moeda estrangeira.

Análise de sensibilidade da exposição da Companhia às taxas de câmbio e de juros

A Companhia elaborou uma análise de sensibilidade dos efeitos de variação cambial e das taxas de juros indexadas de seus ativos e passivos financeiros. Na referida análise tais taxas foram estressadas em -50%, -25%, 25% e 50%, em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II, III e IV, respectivamente.

Segue abaixo a análise nos respectivos cenários:

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE							
Controladora		31/12/2020	Período até 31 de dezembro de 2021				
Fator de sensibilidade	Risco	Cenário Base	Cenário Provável	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
USD	Variação da cotação USD	5,1967	5,5474	2,7737	4,1606	6,9343	8,3211
		-					
		31/12/2020				-	
	<i>Contas a receber em moeda estrangeira</i>	Cenário Base	Cenário Provável	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
				-50%	-25%	+25%	+50%
	Variação da cotação USD	327.849	349.974	174.987	262.481	437.468	524.962
	Efeito líquido total de ganho ou (perda)		22.125	(174.987)	(87.494)	87.494	174.987
Consolidado							
		31/12/2020	Período até 31 de dezembro de 2021				
Fator de sensibilidade	Risco	Cenário Base	Cenário Provável	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
USD	Variação da cotação USD	5,1967	5,5474	2,7737	4,1606	6,9343	8,3211
		-					
		31/12/2020				-	
	<i>Contas a receber em moeda estrangeira</i>	Cenário Base	Cenário Provável	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
				-50%	-25%	+25%	+50%
	Variação da cotação USD	344.783	368.051	184.025	276.038	460.063	552.076
	Efeito líquido total de ganho ou (perda)		23.268	(184.025)	(92.013)	92.013	184.025

Cenário atual: refere-se ao cenário real no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2020;

Cenário base: elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 18 de março de 2021, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro, tais como, Banco Central e CETIP, sendo que a Companhia considerou como provável em função de ser uma informação atualizada até o mês anterior ao da data de aprovação destas demonstrações financeiras;

Cenários I, II, III e IV: conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário base, em -50%, -25%, 25% e 50% respectivamente.

Instrumentos financeiros por categoria

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2020 e de 2019. Os ativos e passivos financeiros da Companhia reconhecidos através do valor justo, não apresentam diferença significativa para seus valores contábeis. Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia do valor justo:

	Controladora					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Valor contábil			Valor contábil		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	5.808	-	5.808	18.628	-	18.628
Contas a receber de clientes	-	461.761	461.761	-	804.171	804.171
Créditos com partes relacionadas	-	34.244	34.244	-	120.890	120.890
Passivos						
Empréstimos bancários	-	1.411	1.411	-	2.304	2.304
Fornecedores	-	54.676	54.676	-	38.694	38.694
Débitos com partes relacionadas	-	90.267	90.267	-	350.136	350.136
Total	5.808	642.359	648.167	18.628	1.316.195	1.334.823

	Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Valor contábil			Valor contábil		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	5.858	-	5.858	18.676	-	18.676
Contas a receber de clientes	-	478.896	478.896	-	817.505	817.505
Créditos com partes relacionadas	-	57.604	57.604	-	133.674	133.674
Passivos						
Empréstimos bancários	-	1.411	1.411	-	2.304	2.304
Fornecedores	-	55.138	55.138	-	38.696	38.696
Débitos com partes relacionadas	-	101.102	101.102	-	81.821	81.821
Total	5.858	694.151	700.009	18.676	1.074.000	1.092.676

20. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

O Pronunciamento Técnico CPC 22 – Informações por Segmento é aplicado às companhias cujos instrumentos de dívida ou patrimonial sejam negociados em mercado de capitais; ou que tenha depositado, ou esteja em vias de depositar, suas demonstrações contábeis à Comissão de Valores Mobiliários ou a outra organização reguladora, com finalidade de emitir qualquer categoria de instrumento em mercado de capitais. Nesse sentido, considerando que a Companhia não se enquadra nos requisitos de aplicabilidade obrigatória do referido Pronunciamento, estas demonstrações financeiras não possuem informações por segmento.

21. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Conforme determinado pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa, a Companhia apresenta a seguir a relação das transações de investimento e financiamento ocorridas nos exercícios de 2020 e 2019 que alteraram posições patrimoniais, porém, não afetaram o caixa.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Aumento de capital da Companhia em contrapartida a rubrica de adiantamento para futuro aumento de capital.	-	38.719	-	-
Reconhecimento de IRPJ Diferido da Companhia realizado através de Cessão de Crédito Fiscal para Empresa Ligada.	-	22.236	-	22.236
Cisão Parcial, onde foi realizada a cessão do recebível do precatório do Governo do Amazonas, para sua controlada. Contabilização que gerou uma baixa no contas a receber em contrapartida uma diminuição no patrimônio líquido.	620.000	-	-	-
Redução de Capital Social da investida AGCOMEX através da baixa do saldo a pagar que a companhia tinha junto sua controlada. Desta forma, a contabilização gerou uma diminuição no saldo de partes relacionadas no passivo e em contrapartida uma diminuição no saldo do investimento na controlada	268.461	-	268.461	-
	888.461	60.955	268.461	22.236

22. OUTROS ASSUNTOS

Coronavirus – COVID-19

Frente ao avanço da pandemia do novo coronavírus, que se iniciou em março de 2020, a Andrade Gutierrez reafirma seu compromisso com a integridade dos colaboradores espalhados pelo Brasil e exterior em obras e escritórios. Para isso, a Companhia criou um comitê composto por lideranças de seu quadro para acompanhamento em tempo real da situação e, a partir disso, adotar medidas a fim de assegurar a saúde de todos os colaboradores e minimizar impactos nas operações de curto e longo prazo da Companhia.

Todas as decisões na condução das obras estão sendo tomadas em conjunto e de forma permanente e compartilhada com nossos clientes, propondo todas as soluções cabíveis a fim de gerar o mínimo impacto aos projetos e buscar a máxima segurança dos colaboradores.

Neste momento, a Companhia está buscando preservar sua liquidez para superar esse período e trabalhando junto aos bancos parceiros com medidas que contribuam para este objetivo.

É importante destacar que os nossos clientes estão pagando as faturas que foram medidas até o momento e os custos com paralizações que são mutuamente acordados. A Companhia possui uma política de capital de giro que não permite a execução de projetos sem recebimentos das contraprestações aos serviços prestados, logo caso os clientes não possuam recursos para o andamento da obra, a Companhia negocia os termos com seus clientes e pode, inclusive, sugerir a paralização temporária de suas obras.

A Administração da Companhia avaliou os principais riscos e incertezas que eventualmente poderiam afetar as principais posições patrimoniais de ativos em suas demonstrações financeiras, e apresenta abaixo o resumo geral sobre estes principais aspectos de risco:

Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (nota 3)

O possível fator de risco relacionado aos equivalentes de caixa e dos títulos e valores mobiliários detidos pela Companhia decorre, principalmente, da possibilidade de eventual alteração no *rating*, e conseqüentemente risco de liquidez dos emissores dos produtos financeiros contratos.

Contas a receber de clientes (nota 4)

O principal fator de risco associado aos saldos a receber da Companhia, decorre de eventual alteração no risco de crédito de seus clientes e conseqüente elevação nas taxas de inadimplência ou prazo de recebimento, especialmente em relação aos projetos que se encontram em andamento.

Estoques (nota 5)

Potencial risco relacionado à ociosidade e eventuais perdas em relação à capacidade de realização dos estoques atualmente detidos pela Companhia em suas obras em andamento.

A Administração avaliou os riscos descritos acima e entendeu que, até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, não há impactos relevantes a serem reportados e que poderiam, eventualmente, afetar a posição patrimonial da Companhia de forma material.

23. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e foi autorizada sua emissão em 31 de março de 2021.

Ricardo Coutinho de Sena
PRESIDENTE

Newton Brandão Ferraz Ramos
DIRETOR

Marcio Magno de Abreu
CRC-MG 089.771/O-1
CONTADOR RESPONSÁVEL